HUMBERTO BASTOS E O DEBATE INFLACIONÁRIO BRASILEIRO: UMA LEITURA DE O FANTASMA DA INFLAÇÃO (1958)

Karliane Silva Souza[1]
Roberto Resende Simiqueli[2]

Área 3. Método, Teorias Econômicas Heterodoxas e História Econômica

Resumo

O debate inflacionário brasileiro em meados do século XX foi marcado pelo choque de interpretações entre economistas ortodoxos e desenvolvimentistas, em meio às discussões sobre crescimento econômico, industrialização e políticas de estabilização monetária. Nesse contexto, destaca-se a contribuição do economista alagoano Humberto Bastos, cuja obra O Fantasma da Inflação, publicada em 1958, reúne artigos sobre os temas da economia nacional do período. Diante disso, este trabalho pretende apresentar as posições de Humberto Bastos contidas na obra, de modo a revisitar sua trajetória intelectual e posicionamento, além de situar sua interpretação sobre a política econômica brasileira no debate sobre a inflação no final dos anos 1950. A análise da obra de 1958 evidencia uma orientação desenvolvimentista no pensamento de Bastos, expressa na defesa do desenvolvimento econômico e da preservação da indústria nacional, na discussão das propostas de reforma cambial e do comércio exterior, bem como na consideração das especificidades históricas e regionais da economia brasileira, enquanto questiona interpretações estritamente monetárias da inflação e a compreensão do fenômeno brasileiro à luz de teorias econômicas estrangeiras, sem considerar as particularidades da realidade nacional.

Palavras-chave: Humberto Bastos; Desenvolvimentismo; Pensamento Econômico Brasileiro; Inflação.

[1] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas - karliane.souza@feac.ufal.br
[2] Prof. Dr. no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC - rrsimiqueli@gmail.com

Abstract

The Brazilian inflationary debate in the mid-20th century was marked by a clash of interpretations between orthodox and developmentalist economists, amidst discussions on economic growth, industrialization, and monetary stabilization policies. In this context, the contribution of the Alagoas economist Humberto Bastos stands out; his work O Fantasma da Inflação, published in 1958, brings together articles on issues concerning the national economy during the period. Therefore, this paper aims to present Humberto Bastos' positions as expressed in the work, in order to revisit his intellectual trajectory and position, while situating his interpretation of Brazilian economic policy within the inflation debate of the late 1950s. The analysis of the 1958 work reveals a developmentalist orientation in Bastos' thought, expressed in his defense of economic development and the preservation of national industry, in his discussion of proposals for exchange-rate and foreign-trade reforms, as well as in his consideration of the historical and regional specificities of the Brazilian economy. At the same time, he challenges strictly monetary interpretations of inflation and the interpretation of the Brazilian phenomenon in light of foreign economic theories without considering the particularities of the national reality.

Keywords: *Humberto Bastos; Developmentalism; Brazilian Economic Thought; Inflation.*

1. Introdução

O processo inflacionário no Brasil no período pós-guerra foi um dos principais temas debatidos entre os intelectuais brasileiros, especialmente entre as décadas de 1940 e 1950. O contexto histórico do país em meio ao enfrentamento das instabilidades políticas, dos efeitos externos da guerra, das crises cambiais, bem como dos desafios estruturais existentes em relação ao crescimento urbano acelerado e ao impulso do desenvolvimento industrial, tornou-se um ponto de discussão evidente, o qual influenciou o avanço das controvérsias do pensamento econômico brasileiro sobre a inflação. Desse modo, a circulação das ideias e o choque de interpretações entre economistas ortodoxos e desenvolvimentistas na grande imprensa e em sua produção acadêmica contribuem para a formação das linhas de debate entre crescimento econômico, industrialização e políticas de estabilização monetária (Bielschowsky, 2004; Curado; Cavalieri, 2015; Patrício; Araujo, 2015; Pereira; Carvalho, 2019). Em meio à constituição dessas trincheiras intelectuais se fez presente, também, a obra do economista alagoano Humberto Bastos.

Humberto Bastos (1914-1978) dedicou-se a interesses variados ao longo de sua trajetória, produzindo vasta obra. Durante sua produção intelectual, Bastos empenhou-se sobremaneira na defesa da pauta industrialista, indicativo de sua vinculação à corrente desenvolvimentista nacionalista. Tendo Roberto Simonsen como uma de suas principais influências, o economista alagoano foi firme aderente da necessidade de elaboração de uma via própria de desenvolvimento para a economia brasileira, capaz de equacionar nossos problemas singulares (Juliani, 2016; Macedo *et al*., 1967; Souza; Simiqueli, 2024).

Compreende-se que Bastos efetivamente contribuiu para a institucionalização dos estudos econômicos nacionais, ao dialogar com referências de autores qualificados na área, em um período em que a produção bibliográfica em Economia ainda era relativamente limitada no Brasil. Sua produção intelectual foi significativa, visto que realizou por cerca de trinta anos um trabalho continuado referente aos principais problemas econômicos do país. Entre sua vasta bibliografia, uma obra representativa é *O Fantasma da Inflação*, publicada em 1958, composta por uma coletânea de artigos sobre os grandes temas do debate macroeconômico do período. No prefácio da obra, justifica-se a publicação da coletânea tanto pelo sucesso de vendas da obra anterior (*País de Bolsos Vazios*, de 1955) quanto pelas contribuições dos financistas José Maria Whitaker e Eugênio Gudin. Ressalta-se que Bastos foi membro atuante do Conselho Nacional de Economia e participante ativo nos intensos debates econômicos travados pela sociedade brasileira neste período (Bastos, 1958).

Partindo do quadro em tela, este trabalho pretende apresentar as posições de Humberto Bastos contidas nos artigos apresentados no livro *O Fantasma da Inflação* (1958), de modo a revisitar sua trajetória intelectual e posicionamento econômico, além de situar sua interpretação sobre a política econômica brasileira em meio ao debate sobre a inflação no final dos anos 1950. Assim, o artigo está estruturado pela apresentação da trajetória e formação do pensamento econômico de Humberto Bastos e pela discussão da crítica de Bastos sobre a política econômica brasileira presente na obra de 1958.

2. Humberto Bastos: Trajetória Biográfica e a Formação de seu Pensamento Econômico

Humberto de Oliveira Rodrigues Bastos nasceu em 12 de março de 1914, em Maceió, Alagoas, e faleceu em 25 de setembro de 1978, em Roma, Itália. Filho de Aristóteles Rodrigues da Cunha Bastos e Margarida Bandeira de Melo Bastos. Foi bacharel em Direito Curso Superior de Guerra pela Escola Superior de Guerra, em 1952, tendo cursado ainda a *New School for Social Research*, em Nova Iorque (Barros, 2005). Contudo, Humberto Bastos não se consagrou em sua trajetória como advogado, mas sim como ensaísta, jornalista, servidor público e economista.

Em 1936, iniciou sua trajetória intelectual, dedicando-se primeiramente à crítica literária e à ficção. Nessa época, escrevia regularmente um rodapé de crítica literária no jornal *O Estado*, em Maceió; além de ter atuado como redator na *Gazeta de Alagoas*, entre 1934 e 1939, e como diretor da revista *Cultura* em 1936. Foi em 1938, na mocidade de seus 24 anos, que se concentrou nas pesquisas econômicas e históricas, ano em que publicou seu primeiro livro pela Casa Ramalho Editora em Maceió, a obra *Assucar e Algodão, Ensaio Histórico-Econômico*, um ensaio de interpretação econômica sobre o desenvolvimento social de Alagoas, baseado nos dois produtos principais do estado, o açúcar e o algodão (Bastos, 1938; Macedo *et al*., 1967).

Ainda em 1938, Humberto Bastos foi nomeado diretor no *Departamento Municipal de Estatística* de Maceió, órgão no qual publicou, em 1939, a obra *O Desenvolvimento da Instrução Pública em Alagoas* e trabalhou até 1940. Nesse mesmo ano, mudou-se para o Rio e atuou como secretário do *Recenseamento do Distrito Federal* (1940-41). Em 1940, também foi escolhido como redator da revista pioneira em jornalismo econômico *O Observador Econômico e Financeiro*, editada no Rio de Janeiro, chegando a ocupar a chefia da redação entre 1945 e 1946 (Barros, 2005; Macedo *et al*., 1967). "Começava assim o jovem ensaísta e prematuro economista a sua longa caminhada em um setor da cultura muito pouco conhecido, até hostilizado, incompreendido" (Macedo *et al.*, 1967, p. 11).

Além disso, em 1940, Humberto Bastos entregou os originais de seu livro *Terra & Cifrão, Aspectos da Vida Econômica Brasileira* ao editor da Livraria Martins Editora, José de Barros Martins; a obra foi publicada pela editora em 1942. A partir disso, Humberto Bastos estabeleceu uma amizade com José de Barros Martins e publicou seus estudos subsequentes pela Livraria Martins Editora em São Paulo. Essa relação é exposta pelo próprio editor no prefácio do livro em comemoração aos 30 anos do trabalho intelectual de Bastos: *130 Opiniões sôbre um Pioneiro: Humberto Bastos*[3], publicado em 1967:

> E assim nós nos associamos, ao longo do tempo, a um trabalho pioneiro, ou seja, o de formar uma bibliografia econômica no Brasil. Quais os autores dessa geração voltados para os graves assuntos econômicos? Lembro-me assim de um Caio Prado Júnior, Osório da Rocha Diniz, José Jobim, Roberto Simonsen. Eram poucos e intermitentes. Na realidade Humberto Bastos foi quem deu continuidade a essas pesquisas e durante trinta anos nunca esmoreceu (Macedo *et al.*, 1967, p. 11-12).

Logo depois, em 1943, Bastos publicou *Rumos da Civilização Brasileira*, um livro de ensaios sobre diversos temas nacionais. Em seguida, em 1944, lançou outra importante obra: *A*

[3] A partir da exploração do livro *130 Opiniões sôbre Um Pioneiro: Humberto Bastos* (Macedo *et al*., 1967), é possível ter acesso a uma compilação de comentários opinativos sobre o economista alagoano, organizados de forma cronológica, o que permite compreender sistematicamente o recebimento das críticas de seus livros ao longo dos anos e o entendimento da importância e foco temático de suas obras. Desse modo, fica claro ao leitor que Humberto Bastos foi um pioneiro em sua época ao realizar um importante trabalho continuado sobre os principais questionamentos da economia brasileira em uma linguagem simples, através de estudos que surpreenderam e trouxeram novos olhares.

Marcha do Capitalismo no Brasil, 1500-1940, um ensaio com a proposta de trazer sua interpretação do processo do capitalismo brasileiro. O alagoano nesse livro inclusive menciona a necessidade de um planejamento "após-guerra" para a economia nacional (Macedo *et al.*, 1967).

Em 1945, Humberto Bastos tornou-se redator econômico do jornal *Diário Carioca,* no qual atuou até 1951, e assistente-técnico da Coordenação da Mobilização Econômica, cargo que ocupou até 1950. Ainda em 1945, foi delegado na *1ª Conferência Nacional das Classes Produtoras (I CONCLAP)*, em Teresópolis, e participou do *I Congresso Brasileiro de Escritores*, realizado em São Paulo. De 1946 a 1948, foi diretor da *Revista do Comércio*, e, em 1946, publicou a obra *Produção ou Pauperismo*, que contém críticas e sugestões sobre a crise do Brasil naquele período. A publicação é baseada em uma coletânea de artigos de economia política escritos por Humberto Bastos, a maioria publicados anteriormente na imprensa (Barros, 2005; Macedo *et al*., 1967).

Posteriormente, em 1947, Bastos começou a atuar como assistente-técnico do *Serviço Social da Indústria* e, no ano seguinte, tornou-se membro do conselho econômico da *Confederação Nacional da Indústria*, ocupações nas quais permaneceu até 1959. Também em 1948, o economista atuou como delegado na *Conferência sobre Comércio Exterior*, em Petrópolis, e na *Conferência Internacional de Comércio*, em Havana. Nesse mesmo ano, publicou mais um livro de destaque: *A Economia Brasileira e o Mundo Moderno, Ensaio Geopolítico sôbre A Estruturação do Capitalismo Brasileiro*, obra que conquistou o Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras (Barros, 2005; Macedo *et al*., 1967). No prefácio, Humberto Bastos pontua a proposta do ensaio e reforça seu projeto intelectual de estudos econômicos sobre o Brasil:

> Iniciei — ou me aventurei a iniciar — em 1938 uma série de estudos sôbre a vida econômica do Brasil. Desde essa data, recolhendo material, pesquisando, realizando inquéritos, comparando estatísticas, atualizando estudos, consegui oferecer oito contribuições no setor dessa literatura especializada, ainda pouco divulgada. […] Êste ensaio, cuja primeira parte, independente, agora divulgo, representa mais uma tentativa de interpretação da estrutura econômica do Brasil [...]. Procurei situar a nossa economia dentro do processo evolutivo dos demais países que representaram influência definitiva no desenvolvimento brasileiro, a partir do século XVI (Bastos, 1948, p. 13-14).

No prefácio de *A Economia Brasileira e o Mundo Moderno*, Bastos (1948) também esclarece que o livro pretende abordar sua discordância econômica com historiadores e sociólogos que comumente atribuem a formação econômica do Brasil a uma base puramente agrária. O autor propõe uma nova classificação dos fenômenos, ao argumentar que o início da colonização do país se verificou por uma base agro-industrial e que a posterior estruturação brasileira, baseada simplesmente na agropecuária, foi consequência de fatores externos que passaram a determinar o progresso econômico do país no século XIX. Além disso, Bastos pontua sua discordância das referências que apontam para a existência do regime feudal no Brasil, ao defender que o país teve um início capitalista. O economista também esclarece que na obra serão encontradas outras

divergências de conceitos estabelecidos sobre a formação do país e reforça que o intuito da obra não é de impor conceitos, mas de debater problemas.

Em 1949, Humberto Bastos publicou o livro *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil.* A obra realiza uma análise e interpretação de Rui, como Ministro da Fazenda no Governo Provisório. Devido à presença de um importante material documentado e ordenado, com foco em aspectos inéditos da vida de Rui Barbosa, que continham alto valor histórico, o livro foi recebido, na época, como uma das maiores contribuições do autor, o que o levou a ser premiado com a Medalha do Centenário de Rui Barbosa (Macedo *et al.*, 1967).

A partir de 1950, Bastos foi nomeado pelo presidente da República, membro do Conselho Nacional de Economia. Durante sua atuação no órgão, exerceu várias funções importantes: foi supervisor da *Revista do Conselho Nacional de Economia* entre 1961 e 1964, coordenador da Exposição Geral do Conselho nos anos de 1959, 1962, 1963 e 1964, e chegou a ocupar a presidência do Conselho Nacional de Economia entre 1964 e 1965. Bastos permaneceu como integrante do órgão até sua extinção, em 1967. Ainda em 1950, foi delegado na *Conferência do Conselho Interamericano de Comércio e Produção*, em Santos, na *Conferência da Indústria Têxtil*, no Distrito Federal, e na C*onferência Interamericana de Medicina Social e Trabalho*, em Buenos Aires. Além disso, de 1950 a 1953, atuou como colunista econômico de *O Jornal,* e, em 1951, publicou a obra *Posição Econômica do Brasil* (Barros, 2005; Macedo *et al*., 1967).

Em 1952, tornou-se redator econômico da revista *Manchete*, cargo no qual atuou até 1956. No mesmo ano, foi delegado na *1ª Reunião Plenária da Indústria,* em São Paulo, e na reunião da Missão Econômica à Europa. Foi também nesse ano que Bastos publicou a importante obra *O Pensamento Industrial no Brasil, Introdução à História do Capitalismo Industrial Brasileiro,* um trabalho pioneiro, com a proposta de realizar um ensaio sobre a formação do capitalismo industrial brasileiro e seus líderes. No ano seguinte, em 1953, lançou a obra *A Crise Comercial, Aspectos da Conjuntura do Comércio Exterior* e atuou, de 1953 a 1956, como redator econômico do *Diário da Noite* (Macedo *et al*., 1967).

Em 1954, Humberto Bastos atuou como delegado na *2ª Reunião Plenária da Indústria*, em Porto Alegre, e na *10ª Conferência Interamericana*, em Caracas. No ano seguinte, tornou-se membro do Conselho Técnico da Confederação Rural Brasileira e publicou duas obras: *País de Bolsos Vazios* e *ABC dos Transportes*, sendo esta última uma abordagem sobre as etapas do desenvolvimento dos meios de transporte no Brasil, através dos rios, oceano, rodovias, ferrovias e espaço aéreo. Em 1956, foi delegado no *Fórum Econômico de Minas Gerais*, nas reuniões internacionais sobre *Estudo do Mercado Europeu do Café* e na *10ª Assembleia Geral das Nações Unidas,* em Nova Iorque, assim como foi delegado em diversos outros congressos nacionais e reuniões internacionais de 1957 a 1966 (Macedo *et al*., 1967).

Nesse período, publicou relevantes obras: *O Fantasma da Inflação*, em 1958, que reúne uma coletânea de artigos do economista; *A Conquista Siderúrgica no Brasil*, em 1959, uma crônica de interpretação econômica das empresas e indivíduos, nacionais e estrangeiros, que participaram da exploração dos recursos minerais e do desenvolvimento da siderurgia; *Experiência ou Imprevidência*, em 1960, uma crônica de interpretação econômica das associações, governos, empresas e indivíduos que contribuíram para a formação da mentalidade industrial no Brasil na luta contra o subdesenvolvimento; e *Desenvolvimento ou Escravidão*, em 1964, que analisa os aspectos de influências externas na formação econômica do Brasil. Mais adiante, durante sua última década de vida, nos anos de 1970, Bastos atuou como conselheiro econômico na embaixada brasileira em Roma, local de seu falecimento (Bastos, 1958; Juliani, 2016; Macedo *et al.*, 1967).

Visto isso, ao analisar a trajetória intelectual de Humberto Bastos, torna-se evidente seu posicionamento na defesa industrial do país. Ao longo de sua carreira, o economista alagoano foi um dos nomes de intelectuais que participaram ativamente no estudo referente aos caminhos para a industrialização brasileira, tema que ganhou maior força no debate nacional a partir dos argumentos do desenvolvimentismo praticados intensamente nas primeiras décadas do século XX, visto que, "a partir de 1930, o pensamento econômico brasileiro teve como foco o problema do desenvolvimento e progressivamente se articulou em torno da noção de 'desenvolvimentismo', com correntes a favor (sob várias nuances) e outras contra" (Saes; Saes, 2016, p. 44).

Humberto Bastos estava justamente inserido no contexto histórico em que o pensamento econômico desenvolvimentista e industrial se encontravam acentuados no debate nacional. Em outras palavras, as décadas de 1930, 1940 e 1950, período esse em que Humberto Bastos participou e desenvolveu seu trabalho, foram marcadas pela construção do debate teórico de diferentes defesas e ideologias referentes à implementação do sistema industrial brasileiro via modelo de substituições de importações iniciado a partir de 1930, o qual protagonizou os debates e controvérsias do planejamento nacional entre o Liberalismo e Desenvolvimentismo no século XX, através de correntes de pensamento econômico no país centralmente atribuídas entre pensamento neoliberal, desenvolvimentista (privado e público nacionalista ou não nacionalista) e socialista, descritas por Bielschowsky (2004) como o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Bastos, nesse contexto, exerceu um trabalho continuado, visto que o alagoano iniciou um projeto de estudo pioneiro sobre o país, tendo como centro a análise do capitalismo industrial brasileiro. O autor realizou um trabalho embasado em diversas referências, a partir de uma linguagem, por vezes poética, característica de sua bagagem de ensaísta e crítico literário (Bastos, 1952, Bielschowsky, 2004).

Dentre suas principais influências estava Roberto Simonsen, com quem estabeleceu uma amizade e a quem inclusive dedicou seu livro *A Economia Brasileira e o Mundo Moderno*, publicado em 1948, mesmo ano de falecimento do pensador. Na dedicatória em memória a

Simonsen, Humberto o apontou como um amigo e grande lutador pelo progresso econômico do Brasil (Bastos, 1948). Esses fatos não passaram despercebidos no ambiente econômico do período, como demonstra o seguinte relato:

> [...] o sr. Humberto Bastos [...] É um dos do grupo de economistas e homens de negócios que planejaram o nôvo Brasil sob a égide do falecido Roberto Simonsen. Humberto Bastos, como um talentoso escritor, treinado na escola do jornalismo, era de certo modo o elemento de ligação entre êsse grupo e os leitores influentes. Êle foi um escritor excepcionalmente fecundo num campo onde os livros eram poucos: o campo da economia onde só leitores de certa categoria podiam penetrar e compreender os complicados problemas. [...] Humberto Bastos simboliza o pensador nôvo do Brasil, que concilia a ação e a palavra. É o homem de ação, que é ao mesmo tempo o filósofo e o jornalista que descreve os fatos (Machado, 1952 *apud* Macedo *et al.*, 1967, p. 76-77)[4].

Ao procurar identificar o posicionamento de Bastos entre as correntes de pensamento estabelecidas no período ideológico, a análise presente no trabalho de Juliani (2016) torna-se esclarecedora, pois o acadêmico, ao discutir a identificação intelectual de Humberto Bastos, afirma que "Bastos deixa claro sua tendência em relação à corrente nacionalista do setor público ao realizar uma análise do processo inflacionário no respectivo capítulo de seu livro[5]: O fantasma da inflação e a influência internacional" (Juliani, 2016, p. 83). Nesse sentido, ao mencionar a corrente nacionalista do setor público, Juliani faz alusão direta às correntes claramente definidas e apresentadas no trabalho de Ricardo Bielschowsky em sua obra *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* de 1988. Juliani (2016) em seu texto narra brevemente a trajetória de Bastos, reforça as posições nacionalistas do alagoano e suas convergências com Simonsen. De fato, a posição nacionalista e desenvolvimentista de Humberto Bastos é muito clara. O economista, já no prefácio de uma de suas primeiras obras, *A Marcha do Capitalismo no Brasil, 1500-1940*, de 1944, expõe elementos desse pensamento:

> [...] êste país precisa enriquecer. Antes disso qualquer tentativa de aplicação de experiências teóricas ou de pura filosofia será nociva. [...] o Brasil precisa criar os seus próprios problemas. Precisa criar o seu clima econômico, à base de um moderno sistema, para que êsses problemas nasçam. Criar a sua civilização. O resto é querer plantar rosas em terras de massapê. O resto é querer transplantar velhas fórmulas para complicar mais o roteiro dêsse povo inteligente, bom e pobre (Bastos, 1944, p. 16).

O mesmo ocorre em *Desenvolvimento ou Escravidão,* de 1964, um de seus últimos trabalhos. No prefácio da obra, Bastos narra sobre sua inconformidade em relação à falta de nacionalismo próprio de seus colegas intelectuais na resolução dos problemas econômicos do país;

---

[4] Trechos do artigo *Intérprete dos Economistas*, publicado por José Bettencourt Machado na revista *Brasil* da *American-Brazilian Association* de Nova Iorque, em junho de 1952 (Macedo *et al*., 1967).

[5] O capítulo refere-se ao livro *Desenvolvimento ou Escravidão: Aspectos de Influências Externas na Formação Econômica do Brasil* de 1964, um dos últimos trabalhos de Humberto Bastos.

o trecho consolida seu viés desenvolvimentista e a defesa de uma formulação própria para o progresso do Brasil:

> Surpreendo-me, por vezes, em ver a capacidade de alguns colegas em aceitar fórmulas de países sem nenhuma afinidade cultural com o Brasil, contrastando com a incapacidade de compreender o próprio Brasil. São fórmulas dos Estados Unidos, da Russia, da Alemanha, da França. Fórmulas, regras, princípios, conceitos — tudo em experiência há decênios, tudo se adaptando às variadas conjunturas de cada um desses povos — e nós aqui de olho duro para o estrangeiro a copiar, a imitar, a transferir, a transplantar, sem espírito crítico, sem imaginação, sem fôrça criadora. Êles transformando, inventando, instituindo, produzindo e nós — macaqueando. Isto é o pior dos colonialismos — o cultural; esta a pior das escravidões — a incapacidade de sermos nós mesmos (Bastos, 1964, p. 8-9).

3. O Fantasma da Inflação: A Crítica de Bastos à Política Econômica Brasileira

Como mencionado anteriormente, Humberto Bastos participou ativamente dos debates econômicos sobre o Brasil, principalmente em sua posição de jornalista e ensaísta. O alagoano, que iniciou sua trajetória intelectual como ensaísta literário na imprensa alagoana, posteriormente desenvolveu suas críticas aos assuntos econômicos e sociais ao atuar como redator e colunista econômico em revistas e jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Historicamente, Bastos figurou entre os nomes que emergiram em um campo novo e pouco explorado que era o jornalismo econômico brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Sua participação efetiva na revista pioneira e especializada em jornalismo econômico, *O Observador Econômico e Financeiro*, entre 1940 e 1946, é um exemplo da realização de seu trabalho na pauta desenvolvimentista e sua inserção no debate econômico nacional (Corrêa, 2011; Macedo *et al*., 1967).

A obra *O Fantasma da Inflação*, de 1958, reúne justamente uma seleção de textos elaborados por Bastos em sua ocupação como jornalista econômico. Suas críticas sobre os temas macroeconômicos nacionais estão concentradas no livro por meio da coletânea de quarenta artigos do autor e revelam um panorama geral sobre a inserção do economista no debate econômico do período. No prefácio da publicação, por meio da declaração do editor, há o reforço do papel ativo de Bastos nesses debates e como suas palavras e posições despertaram interesse, visto o sucesso de vendas de seus livros anteriores (Bastos, 1958).

Ao analisar os escritos do autor na obra de 1958, ficam claras características fortes em sua redação: a objetividade, os dados e a crítica. Bastos não argumenta de forma subjetiva ou de forma meramente opinativa, mas sim apresenta, por meio de dados estatísticos e históricos, seus questionamentos e concepções; cita nomes, instituições e ações governamentais de forma direta e incisiva; relata os acontecimentos contextuais, as políticas adotadas e suas consequências.

Esses elementos são facilmente identificados já no primeiro artigo presente na obra, que se destaca pelo autor expor imediatamente nas linhas iniciais do texto que “em matéria de política

comercial pode o Brasil apresentar as bases para uma nova teoria que se poderia chamar de Existencialismo Econômico" (Bastos, 1958, p. 7). Provavelmente, ao escrever essa formulação, Bastos está realizando uma metáfora crítica ao associar componentes da corrente filosófica do Existencialismo[6] ao comportamento praticado pelas autoridades monetárias brasileiras. É possível obter essa interpretação através da forma como Bastos discorre sobre as atividades comerciais realizadas no período (que se estende até 1953), por meio das ações adotadas por Pires do Rio[7] no Ministério da Fazenda, pelo economista Otávio Paranaguá no orçamento de câmbio brasileiro e por Luís Simões Lopes na CEXIM[8]. Bastos, no artigo, aponta como as decisões desses agentes, principalmente centradas no aumento expressivo de importações, contribuíram para o déficit na balança comercial do país:

> Realmente importamos o máximo, esgotamos nossas divisas tôdas no exterior e do superavit de cêrca de 5 bilhões passamos a um deficit de quase 16 bilhões em 1952. O custo da vida não baixou, o dólar continuou subindo e a CEXIM licenciando importações, na prática do melhor existencialismo que, como todo fenômeno de libertação, chegou ao seu clímax em 1951 e 1952 com a perspectiva da guerra III (Bastos, 1958, p. 8).

Dessa forma, Bastos elabora sua crítica à situação comercial e inflacionária do Brasil a partir da caracterização de um tipo de prática existencialista associada à atuação dos agentes responsáveis nesse período. Logo, interpreta-se, por meio dessa relação, que o autor argumenta que esse comportamento econômico foi orientado excessivamente pelo presente, com tomadas de decisões imediatistas e imprevidentes, como se observa nos trechos finais de seu artigo:

> Não se exagere ao dizer que tudo foi supérfluo nesse período de existencialismo econômico. Importamos muitos bens de produção. Faltou, entretanto, a vigilância que evitasse o descalabro. Essa vigilância continuada e planificada, com um sentido de futuro, não se verificou e permanecemos a enfrentar duras dificuldades. […] Sempre a imprevidência (que se vai tornando clássica) retardando a prosperidade do Brasil. Jamais essa imprevidência vencerá o fantasma da inflação (Bastos, 1958, p. 10-11).

Em sequência, o segundo artigo apresenta com muita pertinência elementos centrais do pensamento de Bastos, principalmente ao considerar que são as impressões iniciais sobre o conteúdo da obra. No texto, ao afirmar como recentemente a discussão sobre o processo inflacionário atrelado com o desenvolvimento econômico tem se intensificado no Brasil, Bastos, ao

---

[6] O Existencialismo é uma corrente filosófica que surgiu no século XIX e se expandiu ao longo do século XX, tendo entre suas principais referências Søren Kierkegaard, Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre. Centrada na existência concreta do indivíduo, a corrente enfatiza a liberdade, as escolhas e a responsabilidade diante das consequências dos próprios atos (Lisboa, 2016).

[7] José Pires do Rio exerceu o cargo de ministro da Fazenda durante o governo de José Linhares, entre 1945 e 1946 (Figueiredo Filho, 2005).

[8] CEXIM é a sigla para a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, órgão responsável pela administração das operações de exportação e importação. A instituição foi extinta em dezembro de 1953, sendo substituída pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) (Figueiredo Filho, 2005).

mesmo tempo que aponta conhecer os nomes que estão inseridos nos estudos desse tema, critica a falta de nacionalismo e senso crítico dos economistas em não observarem os elementos próprios da formação histórica do país[9].

> Acredito que seria da maior conveniência uma atitude menos dogmática diante de assunto tão complexo e que exige o máximo de identidade do estudioso com a história econômica, financeira e social do seu país. Quando saliento os três aspectos é para lembrar que o problema da inflação não pode ser interpretado apenas sob um ponto de vista estritamente financeiro, monetário (Bastos, 1958, p. 15).

Em síntese, no segundo artigo da obra, o autor aponta a importância da base histórica, filosófica e sociológica ao estudante de economia; reforça a problemática de repetir princípios estrangeiros a um país subdesenvolvido, portanto, diferente de países industrializados e altamente desenvolvidos; expõe a necessidade de realizar uma definição própria para a inflação brasileira; e convida os economistas a estudarem o Brasil sob um ponto de vista regional[10].

Vale salientar que, ao discorrer sobre esses argumentos, é possível identificar um cuidado de Bastos em esclarecer que é favorável aos debates, assim como não está em uma posição de nacionalismo exagerado ou diminuindo os esforços intelectuais dos diferentes estudiosos; mas sim, demonstra uma notável preocupação com a escassez de estudar o Brasil como uma civilização original, com características distintas e condições demográficas, econômicas, sociais, educacionais e financeiras singulares.

> Não sou contra o intercâmbio de idéias e considero mesmo uma iniciativa notável como a da FGV de trazer para o Rio autoridades econômicas internacionais. Mas o diabo é que elas trazem as suas magníficas observações de um mundo que não é o nosso, de um mundo econômico que é outro. E a maioria dos estudiosos passa a repetir essas observações sem o mais ligeiro espírito crítico. É preciso ter espírito crítico, meus senhores! E em economia, o que nos dá espírito crítico é o conhecimento histórico e sociológico dos diversos países. A ciência econômica pura, única, exclusiva — pode nos levar a equívocos os mais lamentáveis (Bastos, 1958, p. 18).

Na sequência, do terceiro ao décimo primeiro artigos apresentados na obra, é compartilhado um tema em comum na pauta jornalística de Humberto Bastos: a recepção da reforma cambial apresentada em 1955 pelo Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, durante os

---

[9] Já no primeiro parágrafo do artigo, Bastos salienta: "Temos discutido muito, recentemente, o problema da inflação, principalmente o processo inflacionário relacionado com o desenvolvimento econômico. Destacam-se nesse terreno, para citar alguns, os estudos de Otávio Bulhões, Roberto Campos, Pierre Van Der Meiren, J. P. Almeida Magalhães, Rômulo de Almeida, Celso Furtado, J. Nunes Guimarães, e os relatórios últimos da CEPAL. Com exceção dos trabalhos de apenas poucos, que se aproximam mais da realidade brasileira, não diminuirei o valor dos outros esforços se disser que êles estão envolvidos por um teoricismo exagerado" (Bastos, 1958, p. 15).

[10] "Não temos várias interpretações sociológicas regionais do país? Por que não tentamos no setor econômico de maneira mais específica? Será que vamos continuar a falar da economia brasileira apenas jogando com os números de São Paulo e Distrito Federal?" (Bastos, 1958, p. 19-20).

meses finais do Governo Café Filho[11]. No decorrer dos artigos mencionados, Bastos tece críticas à forma como a proposta foi divulgada sem cautela para a imprensa e sem o conhecimento de instituições e entidades relacionadas, o que resultou em especulações e opiniões contrárias dentro do próprio governo. Nesse sentido, defende que uma reforma como a sugerida tem que "ser estudada mais calmamente e ser aplicada de maneira gradual" (Bastos, 1958, p. 30), além de que deveria ter sido discutida de forma sigilosa, sem a influência de pressões de grupos, a exemplo dos comerciantes de algodão.

Entre os textos dessa pauta, destaca-se a informação institucional presente no quinto artigo, no qual Bastos menciona a atuação do Conselho Nacional de Economia (CNE) em oferecer alternativas para a contenção do problema da balança comercial e de pagamentos do país em 1953, antes da instituição do regime cambial firmado pela Instrução 70[12]. Nessa ocasião, o Conselho havia sugerido medidas[13] para serem adotadas temporariamente e que poderiam corrigir o sistema até então vigente pela CEXIM (Bastos, 1958).

Um ponto interessante descrito por Bastos em meio à discussão da proposta de reforma cambial de 1955 foi esclarecer, no sétimo artigo, sua função de jornalista para justificar o tema recorrente apresentado na coluna, de modo a pontuar sua função exclusiva na divulgação do campo econômico brasileiro:

> Os comentários que publico hoje, ainda sôbre a reforma cambial, decorrem de minha atividade de jornalista especializado que mantém a única secção diária e assinada sôbre a vida econômica do país. As indiscrições porventura existentes são uma conseqüência do dever profissional de oferecer sempre os fatos em primeira mão aos leitores, o que tem sido uma característica desta coluna (Bastos, 1958, p. 47).

Não só fica esclarecida nesse trecho a atuação jornalística de Bastos no período, mas também se torna compreensível o modo como redige seus questionamentos, críticas e elogios, assim como a forma com que menciona nomes, fatos históricos e instituições, ao considerar sua posição

---

[11] José Maria Whitaker exerceu o cargo de Ministro da Fazenda durante o governo de João Café Filho entre 13 de abril e 10 de outubro de 1955 (Figueiredo Filho, 2005).

[12] A Instrução 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), de 12 de outubro de 1953, estabeleceu o mercado de taxas múltiplas de câmbio, com cinco categorias de importações conforme sua essencialidade. A medida buscou enfrentar as dificuldades cambiais do período, controlar as importações e favorecer a industrialização nacional (Figueiredo Filho, 2005).

[13] "As sugestões do CNE eram as seguintes: I — Seria mantido o regime de licenciamento para a importação, admitida, entretanto, a liberação gradativa dos produtos a importar que ficariam sujeitos a sobretaxas, conforme o grau de sua essencialidade. II — O critério de essencialidade para os efeitos da sobretaxa seria o da possibilidade de produção no território nacional ou de referir-se a artigos classificados de luxo. III — As sobretaxas, pagas em cruzeiros, recaíriam sôbre o valor, em moeda estrangeira, de importação efetuada. Seriam elas, uma de ordem de 50 por cento, aplicada aos artigos de consumo não essenciais e às matérias-primas e equipamentos que possam ser produzidos em território nacional, medida que se impõe na falta de reestruturação de nosso sistema tarifário. Outra, da ordem de 100 por cento incidiria sôbre os produtos considerados de luxo. IV — A receita oriunda da aplicação da sobretaxa seria recolhida à Caixa da Superintendência da Moeda e do Crédito e exclusivamente utilizável para atender às requisições da Carteira de Redescontos, desde que os meios de pagamento se mantivessem, em média, no ritmo anual de crescimento inferior a 4 por cento" (Bastos, 1958, p. 35-36).

vigente como membro do Conselho Nacional de Economia. Logo, Bastos possui respaldo em sua redação por exercer justamente o papel de estudar a economia brasileira e, em virtude de sua competência como especialista, realizar recomendações de políticas econômicas e opinar sobre as decisões realizadas. Isso é observável nos momentos narrativos de seus artigos jornalísticos, em exemplos como: ao esclarecer que não teve participação prévia na reforma cambial de 1955; ao pontuar que novas diretrizes da SUMOC ainda seriam analisadas pelo Conselho Nacional de Economia; e ao afirmar que a reforma cambial se tornou um "grande mistério para a maioria dos estudiosos e interessados" (Bastos, 1958, p. 47). Assim, os apontamentos descritos por Bastos refletem diretamente as características próprias de suas ocupações profissionais, em que apresenta frequentemente esclarecimentos e opiniões objetivas, como demonstra o trecho a seguir, no qual o autor aponta sua crítica à proposta de reforma cambial por considerá-la uma providência imediatista que não ofereceu segurança de viabilidade no final de um governo:

> Parece que alguns dos meus leitores compreenderam que eu era contra uma reforma cambial. Absolutamente. Fui contra a anunciada reforma cambial porque, sobretudo, vinha marcada pela inoportunidade. Que garantias poderiam ter exportadores e importadores que a reforma cambial no presente govêrno continuaria na próxima administração a instalar-se em janeiro de 1956? […] O episódio da reforma cambial, à base do qual se quis criar uma crise na alta administração, oferece um ensinamento: política comercial definida tem de possuir um caráter nacional, se é que desejamos sobreviver como Nação, sem sofrer pressão de interêsses de grupos (Bastos, 1958, p. 65-67).

O trecho acima também sintetiza a posição de Bastos em defender que é necessário haver uma reforma cambial no Brasil, porém não na forma e estruturação em que foi conduzida a proposta apresentada pelo Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, em 1955. O autor, ao longo do terceiro ao décimo primeiro artigos presentes na obra, aponta claramente as falhas na negociação e na comunicação do governo durante a alteração cambial do país naquele período, sinalizando-a como passível de influências de determinados grupos de produtores.

Nos artigos seguintes Bastos relata o problema tarifário no Brasil ao declarar que o sistema de imposto aduaneiro tornou-se obsoleto. Destaca como, mesmo em países liberais, a tarifa alfandegária possui objetivos claros: defender o trabalho nacional, estabelecer uma renda para o Tesouro e servir de poder de barganha para negociações internacionais. Porém, argumenta Bastos, o sistema tarifário do país não busca nenhum desses princípios, o que sacrifica o desenvolvimento econômico brasileiro. O autor salienta a necessidade de estudar a aplicação de uma reforma cambial e tarifária, de modo que se pondere a manutenção do parque industrial nacional. É nesse momento textual que se comprova o conhecimento de Bastos referente aos controversos debates teóricos existentes no país no período acerca das políticas econômicas e do desenvolvimento industrial, bem como sua divergência em relação às concepções de Gudin:

> Nesse ponto é que as correntes de estudiosos se tornam antagônicas. Uma considerando que se precisa suspender o sistema de defesa da indústria nacional e aí se acha o professor Eugênio Gudin como o campeão dêsse ponto de vista. Falou em proteger a indústria nacional o velho mestre sente calafrios — e fica com febre e dor de cabeça. E outra que considera necessário manter o sistema de amparo (Bastos, 1958, p. 84).

Em outro ponto narrativo, Bastos retoma sua crítica às decisões imediatistas na política econômica nacional e reforça a urgência de mudanças rumo ao desenvolvimento do país:

> Êste é o ponto crucial com sentido de futuro. O desenvolvimento econômico não pode — nem deve — ficar ao sabor dessas providências de emergência, diria melhor: dêsses expedientes. É urgente que, ao lado da reforma cambial que se pretende instituir, se aprove também a reforma tarifária, a fim de que a produção nacional não fique a mercê da capacidade ou incapacidade de reservas de divisas (Bastos, 1958, p. 85).

Em seguida, focaliza a necessidade do comércio exterior para o desenvolvimento econômico interno brasileiro e expõe o problema nacional com o decrescimento das exportações e a dependência externa para importar os bens de capital necessários justamente para o alcance do desenvolvimento, além de reforçar o entrave de que a capacidade do Brasil de importar depende de sua capacidade de exportar. Nesse momento, menciona o importante papel do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) para facilitar essa relação econômica: “O GATT visa a facilitar, por meio do incremento do comércio internacional, as possibilidades de atingir o bem-estar social. E bem-estar social, como é óbvio, não se alcança sem desenvolvimento econômico” (Bastos, 1958, p. 90). Após isso, Bastos discorre sobre as dificuldades do país em aumentar as exportações devido à natureza própria dos produtos primários na concorrência internacional, que possuem baixa elasticidade e fácil substituição por similares no exterior; logo, não é possível intensificar as exportações com soluções simples, como apenas reduzir tarifas ou criar subsídios.

> Dêsse modo, o aumento das exportações que tanto se proclama aos quatro ventos não terá solução a curto prazo, mesmo porque ela depende — e muito — dos próprios países importadores. Acreditar ainda em fórmula mágica para colocar o Brasil como Nação grande exportadora no comércio internacional será repetir os mesmíssimos erros que se vêm cometendo há decênios, numa insensatez dolorosa (Bastos, 1958, p. 98).

Outro trecho importante presente na obra, que demonstra o entendimento e a inserção de Bastos no ambiente intelectual referente aos temas econômicos nacionais, está na página 101, quando o autor aponta precursores importantes na contribuição da pauta aduaneira do Brasil (datada em 1934 e com origem em 1900, apresentada no Acordo Geral de Comércio e Tarifas, em Genebra), são eles: João Luís Alves, Amaro Cavalcanti, Serzedello Corrêa, Ruy Barbosa, entre outros. Nesse momento, Bastos introduz os autores a fim de discorrer sobre o problema da tarifa

alfandegária do Brasil, a qual sofreu sucessivas mudanças[14] sem satisfazer as necessidades da economia nacional. Tendo isso em vista, declara a urgência de o Congresso Nacional enfrentar o problema tarifário, por se tratar de um assunto vinculado a outros problemas econômicos e financeiros do país que igualmente exigem reformas, com o objetivo de defender a produção e trabalho nacionais, além de fortalecer a base industrial brasileira. Bastos, nesse ponto, critica mais uma vez a falta de planejamento sério e abrangente das autoridades responsáveis nas resoluções das pautas econômicas:

> O mal do Brasil tem sido êste: o uso dos remendos. Não se projeta uma solução planejada e global. O hábito é emendar aqui e ali, em geral de conformidade com interêsses de grupos e a pauta aduaneira é bem um exemplo dessa influência. Agora que se instala um novo govêrno valeria a pena que se refletisse sèriamente sôbre êsse mau hábito e inaugurássemos um período de soluções meditadas e planificadas. A reforma tarifária é medida que se impõe como ponto de partida para outras reformas de caráter econômico e financeiro. Eu não posso admitir que no próximo período administrativo a revisão de nossas taxas alfandegárias não seja executada pelo Congresso, como um dos pontos mais importantes, que é, da vida brasileira, interpretada sob o ângulo dinâmico do desenvolvimento. E não se deve esquecer que nessa revisão o principal objetivo será a defesa da produção e do trabalho nacionais, a fim de que se fortaleça a nossa base industrial (Bastos, 1958, p. 104).

Nos artigos seguintes, Bastos destaca a situação econômica da Argentina e seus reflexos no Brasil e na América Latina. Chega a mencionar o relatório de Prebisch na CEPAL, o qual aponta temas como a necessidade da Argentina aprimorar sua agropecuária, ampliar as exportações (principalmente de produtos manufaturados) e conter a alta dos salários. Vale destacar a interessante redação de Bastos no décimo oitavo artigo presente na obra, referente ao surgimento do liberalismo comercial na Argentina. O autor esclarece que o país apresenta um liberalismo comercial e não um liberalismo econômico, pois seria "difícil a qualquer país latino-americano, no mundo de hoje, mundo de contrôles e intervencionismo, praticar um integral liberalismo econômico" (Bastos, 1958, p. 114). Logo após, reforça esse argumento ao citar a prática intervencionista da Argentina na criação do Fundo de Restabelecimento Econômico, presente no ato oficial de liberação do câmbio do país e destinado a reter produtos de algumas operações no exterior. Diante disso, o economista redige uma frase interpretativa muito pertinente em seu texto: "a contradição entre a realidade e teoria se encontra aí bem à vista. O liberalismo vem logo seguido de uma medida corretiva intervencionista" (Bastos, 1958, p. 115).

Vale também mencionar a importante crítica que Bastos realiza no vigésimo segundo artigo (página 137), destinada às injustiças cometidas contra os honestos importadores brasileiros por meio da má organização e do intervencionismo inadequado na CACEX. Em vista disso, Bastos reforça sua defesa de que haja uma reforma dos órgãos nacionais no âmbito da política comercial,

[14] Bastos lista exatamente quais foram as modificações: "a) readaptação parcial da nomenclatura; b) extinção da taxa ouro; c) revogação de adicionais; d) reajustamentos de taxas; e) introdução de três tipos de tarifas: geral, mínima e convencional" (Bastos, 1958, p. 101).

os quais estão imersos em burocracias, a fim de evitar os prejuízos recorrentemente infligidos à economia brasileira em decorrência do bloqueio indevido de mercadorias dos importadores.

O autor retoma o tema da inflação no vigésimo quarto artigo, ao fazer menção e tecer elogios a Alberto Pasqualini[15], embora também discorde do foco intenso que o senador atribui à inflação brasileira em suas proclamações:

> Eu lamento, apenas, que o senador Alberto Pasqualini tenha usado, com insistência, a tese da inflação como base para seu magnífico discurso. Nós precisamos acabar com êsse fantasma, incompreendido pelo povo, incompreendido pela classe média, incompreendido pelas classes abastadas (Bastos, 1958, p. 153).

Nesse artigo, Bastos expõe pontos muito importantes sobre sua concepção da inflação no país. O autor brevemente gera questionamentos em relação ao assunto intensificado, mas pouco compreendido, ao refletir se a situação inflacionária tão mencionada condiz com a realidade de todo o Brasil ou se trata apenas da realidade de algumas regiões. Desse modo, dá a entender que sua argumentação defende que o problema está atrelado à má distribuição monetária, e não à mera quantidade de dinheiro em circulação. Compreende-se, portanto, que o economista não ignora a importância da problemática da inflação brasileira; contudo, solicita um olhar mais aguçado por parte dos intelectuais para evitar generalizações errôneas e influências de teorias externas, sem refletir sobre as características próprias do país:

> E' a nossa inflação o mal? Tenho minhas dúvidas, sobretudo se estudarmos as economias regionais. O nosso caso particular talvez não seja de excesso de dinheiro e sim de péssima distribuição dêsse dinheiro e da especulação. O quadro que o senador Alberto Pasqualini pintou com tanta maestria é restrito a S. Paulo e Distrito Federal — não representa a imagem nacional. Para êsse aspecto é que desejamos chamar a atenção dos estudiosos. Indispensável se torna fixar com exatidão os diversos níveis econômicos do país a fim de evitar as perigosas generalizações. Estamos falando com muita facilidade em inflação no Brasil, a repetir conceitos surgidos de teóricos de sistemas econômicos altamente desenvolvidos, sem ponderar nos ângulos muito específicos da nossa formação, da nossa realidade, das nossas necessidades, dos nossos fatôres econômicos, sociais, geográficos (Bastos, 1958, p. 154-155).

Posteriormente, no vigésimo sexto artigo da obra, é encontrada a visão de Bastos sobre a crise do café ocorrida no Brasil em 1955. Em seu discurso, o economista atribui os problemas enfrentados no setor às consequências de uma conduta desorientada do governo brasileiro. A partir disso, propõe medidas a serem adotadas na política cafeeira nacional: a estabilização de uma orientação que inspire confiança aos importadores; a reestruturação do IBC (Instituto Brasileiro do Café); a realização de metódicas e perfeitas investigações de mercados; a intensificação da

[15] Alberto Pasqualini (1901-1960) foi um advogado, professor e político gaúcho, eleito senador pelo Rio Grande do Sul pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1950. Exerceu o mandato entre 1951 e 1955. É considerado um dos principais formuladores do trabalhismo brasileiro, visto que se destacou pela elaboração de propostas políticas e econômicas associadas à justiça social e ao desenvolvimento econômico (Silva, 2013).

propaganda planejada do produto; a articulação de medidas simultâneas para produtores e exportadores; a conclusão, em termos mais amplos e sólidos, do acordo internacional do café; e a seleção de elementos competentes para a execução da política cafeeira, que depende 70% do comércio internacional brasileiro (Bastos, 1958).

No vigésimo nono artigo, há uma pertinente observação de Bastos referente à situação da administração pública brasileira, que gera despesas desnecessárias ao Tesouro. O economista pontua a séria necessidade de o novo governo realizar uma reestruturação dos órgãos brasileiros encarregados da política econômica do país. Ademais, não mede palavras para criticar o excesso de órgãos disfuncionais, assim como a má articulação e a falta de objetividade produtiva dos servidores públicos em promover o desenvolvimento brasileiro à luz de um estudo condizente com as particularidades do país:

> Não há mentalidade de equipe, não existe a preocupação de trabalhar com um objetivo comum que seria a grandeza do Brasil. Não. O que se observa é o jôgo de teorias; é o malabarismo de idéias de autores estrangeiros, mal assimiladas; é a luta pela imposição de teorias alheias. Não se verifica (e aqui devo fazer algumas magníficas exceções) a execução de um programa. Tudo é multiplicidade de órgãos e, pior ainda, multiplicidade de orientação (Bastos, 1958, p. 184).

A partir disso, os textos de Bastos na imprensa focalizam as necessidades do país, as quais são debatidas em meio à iminência do novo governo. O autor pontua que há o aumento do discurso de diversos planos nacionais, regionais e internacionais a fim de enriquecer o país; salienta, no entanto, que não faltam planos, mas sim a continuidade de sua execução. Visto isso, para contribuir com os estudos, o economista sugere medidas econômicas e financeiras de execução imediata e de longo prazo, além de medidas administrativas imediatas, sugestões essas que estão em consonância com os temas que apresentou em seus artigos anteriores.

Dentre as medidas econômicas e financeiras de execução imediata estão: a proibição absoluta de emissão monetária sem prévia autorização do Congresso; a aceleração das obras previstas nos planos regionais já em execução e das obras do Plano de Viação Nacional; a fixação do prazo de cinco anos para a revisão do salário mínimo; a criação do Ministério da Economia; a transformação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em Ministério da Previdência e Assistência Social; a reestruturação do Ministério da Agricultura; uma revisão para intensificar o plano de obras contra a seca; e a instituição do orçamento econômico governamental para distingui-lo do orçamento administrativo. Já as medidas de execução de longo prazo abrangem: o reexame dos programas econômicos em execução nos estados, como energia elétrica e transportes, a fim de enquadrá-los em um planejamento geral; a reforma do artigo 205 da Constituição com o intuito de atribuir funções mais específicas ao Conselho Nacional de Economia (CNE); a

consolidação de leis econômicas e financeiras; a regulamentação dos artigos 151 e 152 da Constituição; além de uma reforma bancária (Bastos, 1958).

Em relação às medidas administrativas imediatas, Bastos (1958) sugere uma reorganização do Banco do Brasil; a aprovação prévia do Senado para a nomeação de ministros de Estado, do presidente do Banco do Brasil, do diretor-executivo da SUMOC e dos presidentes dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e do Nordeste; a extensão do impeachment a todos os servidores civis, inclusive membros do Poder Judiciário; a criação de uma comissão especial junto ao CNE com o intuito de fiscalizar e orientar a aplicação das rendas nos municípios; assim como a reestruturação de órgãos destinados ao estudo e à aplicação de políticas comerciais no país e dos escritórios comerciais do Brasil no exterior.

Bastos volta a mencionar o Existencialismo Econômico no trigésimo quinto artigo da obra. A pauta surge em meio à discussão de uma nova proposta de reforma cambial, referente à substituição das taxas múltiplas flutuantes por uma única taxa flutuante. Nesse contexto, o autor relembra a conjuntura econômica do país no período, marcada pelo desequilíbrio da balança comercial e de pagamentos. Segundo Bastos, o agravamento da balança de pagamentos brasileira decorreu de decisões das autoridades monetárias diante do avanço das importações a partir de 1945. Para o autor, tratou-se de um período em que os interesses de determinados grupos se sobressaíram aos interesses nacionais. Após isso, salienta que não é por meio da alteração das taxas cambiais que haverá aumento das exportações no país[16], principalmente ao considerar a falta de uma execução racional com o Orçamento de Câmbio[17], mas sim, por meio de condições internas e externas. Em relação às condições internas, Bastos argumenta que estas seriam criadas a partir da diminuição da burocracia estatal; da revisão de impostos para exportações; da criação de um sistema especial de crédito para estimular a diversificação de produtos que possuam mercado no exterior; e do aprimoramento dos artigos, com a participação ativa dos órgãos oficiais e privados.

No artigo seguinte, Bastos salienta como o comércio internacional é um assunto complexo, a ponto de poucos brasileiros compreenderem esse campo da economia. Por essa razão, sugere cautela e humildade ao enfrentar o tema, principalmente por reconhecer a inexperiência do Brasil como um país exportador. Em sequência, no trigésimo sétimo artigo, discorre sobre a dificuldade do Brasil atrair investimentos de capitais estrangeiros e pontua que o problema está atrelado a interesses políticos e interesses específicos do próprio capitalista. Defende que o país deve ter cuidado na seleção desses capitais, em vez de recebê-los indiscriminadamente, de modo a proteger a indústria nacional. A defesa da autonomia do país é reforçada na narrativa por meio de um

[16] Em artigo posterior, Bastos aponta que "é exagêro pensar que a simples mudança de taxa cambial resolverá o problema conjuntural e estrutural da economia brasileira, com o aumento de exportações" (Bastos, 1958, p. 227).

[17] Bastos explica que faltou "policiamento mais racional, ou seja, a aplicação rigorosa do Orçamento de Câmbio que visava precisamente controlar a capacidade de importar, equilibrando-a com a nossa capacidade de exportar. Nesse equilíbrio é que estaria a chave da sobrevivência de nossas balanças comercial e de pagamentos" (Bastos, 1958, p. 222).

importante trecho que reflete as posições de Bastos em relação ao desenvolvimento nacional e ao seu entendimento quanto às concepções de Gudin:

> Os interêsses de grupo muitas vêzes se confundem com os interesses da Nação. O desenvolvimento da riqueza individual significa sempre o enriquecimento nacional. O prof. Gudin, liberal, sabe disto melhor do que eu. Logo, para defender a prosperidade do país, é indispensável resguardar o progresso de suas classes econômicas, as suas atividades, os seus empreendimentos, o seu pioneirismo. Sem essa política não existirá a relativa e ambiciosa independência econômica (Bastos, 1958, p. 238-239).

Nos dois artigos subsequentes, Bastos reforça sua crítica à reforma cambial e questiona as tomadas de decisão dos governos baseadas no curto prazo, pois considera que não houve tempo hábil para a aplicação de medidas complementares destinadas a fortalecer o atual regime cambial. O autor pontua que a liberdade cambial é desejável, mas ressalta a necessidade de um aparelhamento capaz de não comprometer o desenvolvimento nacional: "como praticar a liberdade cambial sem um sistema de tarifas alfandegárias moderno e racional ou sequer uma lei anti-dumping?" (Bastos, 1958, p. 254-255). Por fim, argumenta que a liberdade cambial constitui um assunto adiável diante de problemas maiores a serem enfrentados pelo novo governo, o qual precisa priorizar a realização de suas reformas básicas.

O último artigo da obra difere dos demais por tratar-se de um relatório extenso e preciso de Bastos referente à relação do comércio do café com a Europa. Nele, o economista reforça os problemas da administração governamental, marcados, nos últimos anos, pela instabilidade política, pela multiplicidade de orientações cambiais e pela aplicação excessiva de taxas. Para o autor, "ou o Brasil se racionaliza para enriquecer, ou se burocratiza para empobrecer, sob o impacto do fantasma da inflação" (Bastos, 1958, p. 263). No relatório, Bastos destaca que o governo brasileiro não está a par da complexidade da política internacional do café e aponta que, devido aos sucessivos erros cometidos pelo setor nacional, o produto vem perdendo gradativamente espaço no mercado europeu. Esse cenário associa-se ao aumento da concorrência estrangeira: o Brasil deixou de ser o dominante absoluto como produtor de café, visto que outros países ampliaram sua produção, principalmente os países africanos, que atendem a uma nova tendência de demanda por café acrescido de misturas e aromatizantes. Ademais, o autor relata depoimentos de importantes grupos do café internacional, os quais criticam a divergência na qualidade do produto, que muitas vezes não corresponde às amostras, mas possui preço elevado. Apesar disso, Bastos compreende que o café brasileiro, em geral, ainda é o melhor encontrado no mercado, o que, contudo, não impediu a entrada de outros países na concorrência. Após discorrer sobre os problemas ocorridos no mercado brasileiro de café com a Europa, Bastos apresenta algumas sugestões, como: aperfeiçoar o processo de exportação do café para atender os requisitos dos importadores; revisar com cautela a política de preços, visto a tendência de os concorrentes promoverem uma inteligente propaganda do produto a

preço baixo; estabelecer um programa intensivo para o melhoramento do café exportável; criar um escritório central com poucos funcionários bem pagos e selecionados para intensificarem o estudo do café e sua propaganda.

4. Considerações finais

Em síntese, Humberto Bastos em *O Fantasma da Inflação* (1958), tece críticas às autoridades monetárias brasileiras na condução da política comercial, lançando-se especificamente sobre a ausência do cumprimento do Orçamento de Câmbio e a realização de excessivas importações, ao ponto de esgotar as divisas nacionais; defende que o problema da inflação não pode ser interpretado e equacionado exclusivamente sob uma perspectiva financeira e monetária; argumenta sobre a necessidade de formação histórica para que os quadros técnicos em economia se libertem dos conceitos estrangeiros e criem sistemas teóricos originais, adequados à realidade brasileira; discute e critica as propostas de reformas cambiais do período; explora a relação entre comércio exterior e desenvolvimento econômico brasileiro; analisa as atuações e formulações defendidas por intelectuais econômicos, instituições financeiras e organizações públicas de políticas monetárias e fiscais; bem como apresenta sugestões de medidas a serem adotadas pelas autoridades brasileiras nas políticas econômicas e administrativas do país ao reforçar a necessidade de reformas e restaurações em diversos segmentos, inclusive no mercado exportador do café.

Por meio da análise dos escritos do autor, notam-se características marcantes em sua redação. Bastos não somente expõe opiniões e críticas ao comportamento das autoridades governamentais e dos intelectuais econômicos, mas também divulga as complexas pautas econômicas ao público não especializado em uma linguagem simples. Atua como jornalista, mas em seu papel de conselheiro econômico; isto é, não apenas descreve fatos e problemas, mas também apresenta soluções práticas voltadas ao desenvolvimento nacional.

A obra de 1958 cumpre um papel fundamental ao revelar elementos centrais do pensamento de Bastos, sobretudo seu reforço em olhar para o Brasil sob sua formação histórica única, marcada por problemas específicos e pela heterogeneidade de suas regiões, além da importância atribuída ao senso crítico e à preservação da indústria nacional. Seu olhar sobre a inflação foi particularmente interessante, pois expõe o problema, mas questiona se este está sendo intensificado de forma equivocada e esclarece que a inflação não pode ser entendida de maneira simplória, apenas como resultado da emissão monetária. Sua redação também revela pontos marcantes de seu alinhamento com a defesa do desenvolvimento econômico e de sua discordância em relação às concepções liberais de Gudin.

Compreende-se, por fim, que não é adequado definir Bastos em uma linha teórica rígida sobre o debate inflacionário brasileiro, pois seus artigos revelam mais pontos de crítica do que definições e explicações próprias acerca da inflação. Isso não significa, contudo, a ausência de uma orientação definida em seu pensamento. Sua oposição às concepções liberais de Gudin e sua defesa do desenvolvimento econômico, da preservação da indústria nacional e da consideração das especificidades da formação histórica brasileira permitem situá-lo no campo desenvolvimentista. Assim, embora não apresente uma formulação teórica sistemática sobre a inflação na obra de 1958 que permita enquadrá-lo de maneira rígida no debate inflacionário, Bastos demonstra uma orientação desenvolvimentista, a partir da qual interpreta as dificuldades econômicas brasileiras e questiona explicações que desconsideram seus condicionantes históricos e estruturais.

5. Referências

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. **ABC das Alagoas**: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas. Brasília: Senado Federal, 2005.

BASTOS, Humberto. **A economia brasileira e o mundo moderno:** ensaio geopolítico sôbre a estruturação do capitalismo brasileiro. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948.

BASTOS, Humberto. **A marcha do capitalismo no Brasil**: ensaio de interpretação, 1500-1940. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

BASTOS, Humberto. **Assucar & Algodão: Ensaio Histórico-Econômico.** Maceió: Casa Ramalho Editora, 1938.

BASTOS, Humberto. **Desenvolvimento ou escravidão**: aspectos de influências externas na formação econômica do Brasil. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1964.

BASTOS, Humberto. **O fantasma da inflação**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.

BASTOS, Humberto. **O pensamento industrial no Brasil**: introdução à história do capitalismo industrial brasileiro. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CORRÊA, Maria Letícia. Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1954). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011. p. 1-10. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846361_ARQUIVO_marialeticiacorrea_anpuh_2011.pdf. Acesso em: 9 jul. 2026.

CURADO, Marcelo; CAVALIERI, Marco. Uma crítica à interpretação inflacionista do desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 57-86, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/zpkxzVTkgPTYYPZPHnxykGc/?format=html&lang=pt. Acesso em: 12 jul. 2026.

FIGUEIREDO FILHO, João Sidney de. **Políticas monetária, cambial e bancária no Brasil sob a gestão do Conselho da Sumoc, de 1945 a 1955.** Orientadores: Hildete Pereira de Melo e Carlos Pinkusfeld Bastos. 2005. 201 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/2005-joao_sidney.pdf. Acesso em: 17 ago. 2026.

JULIANI, Alexandre. **Heitor Ferreira Lima e a industrialização do Brasil**. Orientador: Marcos Tadeu Del Roio. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9b57d0f1-0c02-462b-89eb-4dd0221f58f2/content. Acesso em: 6 ago. 2023.

LISBOA, Camila Pereira. Introdução ao existencialismo: perspectivas literárias. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 254-267, 2016. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5764165. Acesso em: 17 ago. 2026.

MACEDO, Anita *et al.* (org.). **130 Opiniões sôbre um Pioneiro: Humberto Bastos**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967.

PATRÍCIO, Inês; ARAUJO, Victor Leonardo de. Inflação e desenvolvimento no pensamento econômico brasileiro. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 55-65, 2015. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180423011512id_/https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/viewFile/2897/2217. Acesso em: 16 mai. 2026.

PEREIRA, Hugo Carcanholo Iasco; CARVALHO, André Roncaglia de. A controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignácio Rangel em "A Inflação Brasileira". **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 2, p. 523-550, 2019. Disponível em: https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/611. Acesso em: 12 jul. 2026.

SAES, Flávio Azevedo Marques de; SAES, Alexandre Macchione. O pensamento econômico brasileiro no século XX: uma breve nota sobre as principais tendências e rupturas. **Boletim Informações Fipe**, São Paulo, n. 426, p. 44-52, 2016. Disponível em: https://dedalus.usp.br/F/VR3ISBBR3SC68DE3EPPSDUTF63FD4GDM7VVV28PAFFA767NL4K-04176?func=direct&doc%5Fnumber=002836637&pds_handle=GUEST. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Roberto Bitencourt da. Alberto Pasqualini: referência intelectual trabalhista e ideias reformistas. ***Intellèctus***, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/27550. Acesso em: 1 set. 2026.

SOUZA, Karliane Silva; SIMIQUELI, Roberto Resende. Humberto Bastos, um pioneiro alagoano do pensamento industrialista. In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2024, Maceió. **Anais do XVII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira**, 2024. p. 1-23. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/akb2024/897550-humberto-bastos-um-pioneiro-alagoano-do-pensamento%C2%A0industrialista/. Acesso em: 5 dez. 2024.